



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SUBCOMITÊ REGIONAL DO SISTEMA PJE
PAUTA / ATA DE REUNIÃO - PROAD 3727/2020

Assunto da Reunião:
Reunião Ordinária do Subcomitê Regional do Sistema PJe
Data da Reunião:
30/09/2024 - 14:00
Local da Reunião:
Google Meet

Participantes

Nome	Unidade / Entidade
Dr. Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior	Desembargador do Trabalho (Coordenador)
Dra. Maria Rosa de Araújo Mestres	04ª Vara do Trabalho de Fortaleza - Magistrada titular de Vara do Trabalho (Coordenadora substituta)
Dr. Paulo Martins	Advogado Público, indicado pelo Procurador-Geral do Estado do Ceará
Dr. Guilherme Camurça Filgueira	Juiz do Trabalho Substituto
Francisco Jonathan Maia	Secretário de TIC
José Mário Viana Barbosa Júnior	Coordenador de Sistemas TIC
Antônio Germano Rabelo Cunha	Coordenador da Seção de Escopo e Requisito
Francisco Otávio Costa	18ª Vara do Trabalho de Fortaleza - Diretor de secretaria de Vara do Trabalho e representante comercial do Sistema PJe perante o Conselho Superior da Justiça do Trabalho



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SUBCOMITÊ REGIONAL DO SISTEMA PJE
PAUTA / ATA DE REUNIÃO - PROAD 3727/2020**

Daniel de Vasconcelos Páscoa	Assessor do Gab. Desembargador José Antônio Parente da Silva
Marcelo Câmara Benevides	Secretário de Distribuição e Cumprimento de Mandados



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SUBCOMITÊ REGIONAL DO SISTEMA PJE
PAUTA / ATA DE REUNIÃO - PROAD 3727/2020**

Assuntos e Deliberações

Tópico 1 - Processos distribuídos pelo mesmo advogado com as mesmas partes para unidades distintas, com pedido de desistência em um deles no mesmo dia, suprimindo informações de cadastro que dificultam o controle de dependência pelo PJe

Desenvolvido pela SETIC (como medida de urgência) relatório automatizado para facilitar a identificação de processos similares pelas unidades judiciárias em que o polo passivo não teve seu documento informado (ainda que em segredo de justiça, ainda que em outra jurisdição).

https://intranet.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5948:coordenadoria-de-seguranca-da-informacao-anuncia-novo-relatorio-para-controle-de-dependencia-no-pje&catid=8&Itemid=117

Relato Roberta Correa - 8ª VT de Fortaleza:

“Só para dar um retorno sobre o Relatório de Possíveis Casos de Controle de Dependência:

Várias vezes não tem muita importância e só confiro os processos e deixo como está, mas de vez em quando tem informação útil não detectada de outro modo.

Hoje mesmo identifiquei uma CP que foi remetida 3 vezes pelo Juízo Deprecante e acabou sendo distribuída 3 vezes no nosso regional, aí já estava sendo cumprida em outra vara.

Outro dia foi identificado processo que foi arquivado em outra vara e claramente o reclamante queria "fugir" pq lá foi condicionado novo ajuizamento ao pagamento de custas.

Então só para dizer que está funcionando”

Tópico 2 - Implantação do PJe 2.11.4



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SUBCOMITÊ REGIONAL DO SISTEMA PJE
PAUTA / ATA DE REUNIÃO - PROAD 3727/2020**

Atualização programada para o dia 11/10/24.

TRT21 indica que em ambiente de homologação os “documentos juntados pelo advogado e acórdãos assinados não aparecem na timeline do processo”. Iremos verificar no ambiente de homologação no TRT7 (homologação liberada em 30/09/2024).

Germano falou de algumas novidades da versão: melhor destaque de peças não assinadas para advogados, melhorias de acessibilidade, possibilidade de cópia em textos das peças (ainda que em PJe em formato de imagem)

Tópico 3 - Concilia-JT

Ferramenta de inteligência artificial que indica no PJe o potencial de conciliação de um processo, facilitando a montagem de pautas de conciliação, envio para CEJUSC, envio para semana de conciliação, etc.

Pedido de notícia para a Comunicação Social:

https://docs.google.com/document/d/1MrPTRE1djXB1VDQLtS_hVfW0rD-XLg45BUAq9jGh7Jk/edit#heading=h.c667ydnaza6x

Verificar com o TRT12 rotina para avaliar o “acerto” do Concilia-JT.

Tópico 4 - Falcão

Sistema de jurisprudência do TRT9, com potencial de nacionalização (já com 5 Regionais - TRTs 5, 9, 14, 15 e 24), que mantêm em ambiente centralizado as jurisprudências dos Tribunais participantes (não necessitando do sistema ser implantado em cada Tribunal). O Falcão pode ser acessado no link: <https://www.trt9.jus.br/jurisprudencia-nacional/home> .

Ofício enviado do TRT7 ao CSJT solicitando adesão, após avaliação positiva da comissão de jurisprudência.

<https://proad.trt7.jus.br/proad/pages/fichadoprocessoxhtml?numeroProtocolo=4313&numeroAno=2024&>

Tópico 5 - Solária - (RJ-9) - Publicação de alvarás no sistema PJe



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SUBCOMITÊ REGIONAL DO SISTEMA PJE
PAUTA / ATA DE REUNIÃO - PROAD 3727/2020**

Versão que pode ser utilizada no TRT7 junto com o RJ-9 liberada em 24/09/2024.
Versão será implantada junto com a 2.11.4 do PJe.
Logo após, equipe da SETIC já iniciará a implantação do RJ-9.

Tópico 6 - PJe Office

SETIC deve elaborar manual de utilização em substituição ao Shodo.
Sugestão de utilização em todas as unidades de primeira instância em substituição ao Shodo.
Caso aprovado, SETIC irá avaliar a possibilidade de desinstalar o Shodo de todos os equipamentos das segunda instância.
Na segunda instância, apenas a versão 2.11.X que irá possibilitar todas as assinaturas com o PJe Office em substituição ao Shodo.
Sugestão de unidades piloto no 2º grau: Gabinete Dr. Francisco Tarcísio, Gabinete Dr. Antônio Parente

Tópico 7 - Plenário e Secretaria/Eletrônica

Módulo que deve substituir a parte de sessões de julgamento no PJe de segundo grau e já em estágio avançado. Aguardando liberação de versão pelo TST para prosseguimento.

Tópico 8 - Uso de extensões de navegador não autorizadas pelo CSJT ou pelo TRT-CE

Ofício encaminhado pela SETIC à Presidência -
<https://proad.trt7.jus.br/proad/pages/fichadoprocessos.xhtml?numeroProtocolo=6883&numeroAno=2024&tab=tabFichaDocumento>

Tópico 9 - Extensão PJe Gestão

Também oriundo do TRT13, assim como o PJe Admissibilidade.
Orientação do TRT13 quanto ao PJe Admissibilidade é aguardar a liberação normal e não distribuir extensão.
Abrir PROAD para avaliação do PJe Gestão e modelo de distribuição no Regional.

Tópico 10 - Uso de PJe Mídias X Acervo Digital



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SUBCOMITÊ REGIONAL DO SISTEMA PJE
PAUTA / ATA DE REUNIÃO - PROAD 3727/2020**

Normativo TRT7:

https://www.trt7.jus.br/files/atos_normativos/atos_conjuntos/2024/ATOCONJUNTOTRT7.GP.CORREG1-2024.pdf

**CAPÍTULO III
DO PJe MÍDIAS**

Art. 7º A plataforma PJe Mídias do CNJ somente deverá ser utilizada quando o arquivo audiovisual exceder o limite máximo de tamanho permitido no Acervo Digital ou pela indisponibilidade deste módulo no Sistema PJe e, exclusivamente, por magistrados(as), servidores(as), advogados(as) e por procuradores(as).

§ 1º O software PJe Mídias Desktop deverá ser disponibilizado para download no sítio oficial da internet do TRT-7 para o envio de arquivos audiovisuais ao PJe Mídias.

§ 2º Somente poderão ser juntados na plataforma PJe Mídias arquivos em formato mp4.

§ 3º As mídias juntadas pelo software PJe Mídias Desktop serão consideradas, para todos os efeitos, peças integrantes dos autos eletrônicos do processo judicial correspondente, devendo-se indicar, quando da juntada, o número único do processo judicial pertinente.

§ 4º Os arquivos audiovisuais de gravações de audiências serão armazenados pelas unidades judiciárias na plataforma PJe Mídias, com certificação ou registro deste armazenamento nos autos do PJe.

Subcomitê irá provocar Corregedoria e Presidência para esclarecer sobre a possibilidade de uso do Acervo Digital para armazenamento das mídias das audiências. Tem sido uma prática pelas unidades de primeira instância, facilita o armazenamento nos autos do processo pela primeira instância, mas pode dificultar o acesso pelos usuários de segunda instância.

Responsável pela confecção da ata: Jonathan Maia